

<u>Município de Ocauçu</u>

Avenida Celeste Casagrande, n.º 204 - Fones: (0**14) 3475-1204 - Fax: 3475-1516 CEP 17.540-000 - OCAUÇU/SP - CNPJ: 44.482.248/0001-01

"	Ocauçu	E	Bi	da	de	Amiga	•
		,	,	,	,		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – LOA 2025

2

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

1

Aos vinte oito dias do mês de agosto de 2024, com inicio as 19:00 horas na Sala de Sessão da Câmara Municipal de Ocauçu, realizou-se a Audiência Pública, conforme edital de convocação n.º 004/2024 de 16 de agosto de 2024 publicado no dia 16 de agosto de 2024. Sob a presidência do Senhor Ademilson Ferreira de Araújo - Contador CRC - 1SP210027/O-7, com a presença dos Senhores e Senhoras constantes da lista de presença, com a finalidade do que dispõe o artigo 48.°, Seção I da Lei de Responsabilidade Fiscal para tratar de assuntos pertinentes a elaboração da "LOA – Lei Orçamentária Anual - 2025". Dando início o Senhor Ademilson Ferreira de Araújo fez uma exposição sucinta da pauta a ser discutida, dos objetivos da reunião, das prioridades e metas relativas aos programas a serem inclusos na LOA tratando dos principais dificuldades enfrentadas pelo município com relação a precatórios, dividas trabalhistas e outros, Dividas do Cisa bem como ressaltou a melhora que o município conseguiu em consequência de uma boa gestão orçamentária. Dando continuidade foi feita a leitura do projeto de Lei, colocando aos presentes um esboço da referida Lei bem como de seus anexos. Falou aos presentes que a situação econômica do município está tranquila mais se deve ter prudência considerando o risco já que com os elevados custos de manutenção dos serviços públicos e também com a queda de arrecadação que os municípios vêm sofrendo por parte da distribuição de receitas do estado e da união, explicando que no futuro com a baixa arrecadação o município precisara fazer uma reavaliação de suas receitas próprias já que vai ser difícil manter todos os seus programas colocados no PPA. Dando continuidade foi concedido aos presentes, inscritos em ordem de chegada o direito de uso da palavra, sendo que ninguém se opôs ao Projeto de Lei, achando de acordo o que estava proposto observando a falta de participação popular e até mesmo dos setores pertencentes ao município já que somente estiveram participando alguns funcionários da municipalidade. Os estudos e estimativas de cálculo indicavam que o Orçamento Geral do Município seria da ordem de **R\$ 38.500,000,00** (Trinta e oito milhões e quinhentos mil reais) conforme descrito abaixo:

RECEITAS
RECEITAS CORRENTES

VALORES EM REAIS

Receitas Tributárias Receitas de Contribuições Receitas Patrimoniais **44.152.000,00** 4.602.377,68 224.000,00 117.184,00

E-mail: prmno@uol.com.br ocaucu@uol.com.br

DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE

5.652.000,00

TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL

27

28 29

30

31

32

33

34

35

36

3738

39 40

41 42

43

44

45 46

47 48

49

50

0,00

TOTAL GERAL 38.500.000,00

A Receita Tributária própria, composta de impostos e taxas representam 11,95% do total estimado, as receitas de contribuições 0,58% totalizando apenas 12,53% pois procurou-se ficar dentro dos limites da capacidade tributária dos munícipes contribuintes. A Receita Patrimonial, que atinge apenas 0,30% do total estimado, é decorrente, quase na sua totalidade, da rentabilidade de valores mobiliários (aplicações financeiras) a serem alcançados dentro do próprio exercício. A Receita de Serviços que representa apenas 2,74% da estimativa total, reflete ainda a preocupação em não onerar os contribuintes do Município e Outras Serviços de Atendimento à Saúde 0,04%. As Transferências Correntes, com o índice de 84,11% do total da proposta orçamentária, se constituem na base principal de fontes de receitas do orçamento, refletindo o atual sistema tributário nacional. Esse total é representado por dois valores principais: o FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e o ICMS (Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços). O restante das transferências correntes se constituem de outros tributos de menor valor, arrecadados pela União e pelo Estado e repassados ao Município, bem como a expectativa de auxílios e subvenções para manutenção dos serviços de educação e saúde. Sob o título Outras Receitas Correntes apenas 0,28% do total da receita. Essas receitas se constituem de multas e juros de mora, indenizações, dívida ativa e outras receitas diversas. Limitados pelo realismo da estimativa da receita, na política econômico-financeira, foi estabelecida uma escala de prioridades que direciona as despesas por funções na seguinte ordem decrescente de prioridades:

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

TONÇOES DE GOVERNO		
01 – Legislativa	1.225.500,00	3,18
04 – Administração	4.194.359,58	10,89
06 – Segurança Pública	180.000,00	0,47
08 – Assistência Social	1.809.596,00	4,70
10 – Saúde	9.630.124,88	25,01
11 – Trabalho	70.000,00	0,18
12 – Educação	10.866.966,88	28,23
13 – Cultura	82.908,38	0,22
15 – Urbanismo	2.969.616,00	7,71
17 – Saneamento	1.739.076,00	4,52
18 – Gestão Ambiental	120.778,92	0,31
20 – Agricultura	138.164,00	0,36
23 – Comércio e Serviços	80.717,36	0,21
26 – Transporte	2.619.528,00	6,80
27 – Desporto e lazer	502.664,00	1,31
28 – Encargos Especiais	1.870.000,00	4,86
99 – Reserva de Contingência	400.000,00	1,04

38.500.000,00 100%

A função Educação, que recebeu a maior alocação de recursos, tratando-se da primeira na escala de prioridades com **R\$ 10.866.966,88.** A função Saúde, a segunda na escala de prioridades, recebeu a seguinte alocação de recursos no seu orçamento de **R\$ 9.630.124,88**. Nas demais funções procurou-se prever o mínimo necessário para atendimento aos demais programas de

governo. A fim de garantir o equilíbrio das contas públicas, caso o Município venha a ser

- 51 mesmo a ocorrência de outros riscos fiscais, foi consignada no orçamento previsão de Reserva de
- 52 Contingência para este fim, no valor de **R\$ 400.000,00**. Continuando colocou-se a disposição para
- eventuais esclarecimentos, bem como para realização de novas audiências que por ventura fossem
- 54 necessárias para a fase de aprovação da Lei. Nada mais havendo a tratar declarou encerrada a
- presente audiência, lavrando a presente ata.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE OCAUÇU

Conforme Lei Municipal nº 1.753, de 29 de agosto de 2018

Sexta-feira, 16 de agosto de 2024

Ano VII | Edição nº 909

Página 10 de 11



<u>Município de Ocança</u>

Avenida Celeste Casagrande, n.º 204 - Fones: (0**14) 3475-1204 - Fax: 3475-1516 CEP 17.540-000 - O C A U Ç U / S P - CNPJ: 44.482.248/0001-01

" Ocauçu Cidade Amiga "

"AUDIÊNCIA PÚBLICA" conforme preceitua os termos do parágrafo quarto do Artigo 9.º e Artigo 48 da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) que tratará de assuntos pertinentes à elaboração da "LOA - Lei Orçamentária Anual - 2025" conforme disposto no Artigo 48, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CONTRIBUIÇÃO DE MUNÍCIPES E PARTICIPANTES RG n.º Nome Assinatura E-mail: prmno@uol.com.br ocaucu@uol.com.br



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE OCAUÇU

Conforme Lei Municipal nº 1.753, de 29 de agosto de 2018

Sexta-feira, 16 de agosto de 2024

Ano VII | Edição nº 909

Página 11 de 11

Portarias

= PORTARIA N.º 079/2024 DE 16 DE AGOSTO DE 2.024 =

(DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO MEDIANTE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019, REALIZADO NESTA CIDADE, NA DATA DE 18 DE AGOSTO DE 2019).

JOÃO BENEDITO COSTA E SILVA, Prefeito do Município de Ocauçu, Comarca de Marília, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º - NOMEAR, mediante aprovação em concurso público n.º 001/2019, realizado nesta cidade, na data de 18 de Agosto de 2019, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a Senhora, VALÉRIA LUIZA ROCHA, Portadora da Cédula de Identidade RG n.º 43.440.220-5 SSP/SP e inscrita no CPF/MF: n.º 367.895.978-40 para o emprego público de Monitor de Transporte Escolar, fazendo jus ao salário correspondente a referência salarial 04 A, do anexo VI, da Lei Municipal Complementar n.º 001/2003, de 30 de junho de 2003.

Artigo 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de agosto de 2024.

MUNICÍPIO DE OCAUÇU, 16 DE AGOSTO DE 2024.

João Benedito Costa e Silva

- Prefeito Municipal -

(Registrado e Publicado na Secretaria Municipal de Administração, do Município de Ocauçu, em data supra).

.....

Ademilson Ferreira de Araújo

- Secretário Municipal de Administração -

Município de Ocauçu - SP